

AJUSTE

Planalto quer enquadrar Estados e municípios

Governadores e prefeitos devem ser solidários e controlar os gastos das receitas de tributos

LILIANA ENRIQUETA LAHORATTI

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso deixou claro ontem em seu pronunciamento que os Estados e municípios terão de ser solidários com o governo federal no ajuste das contas públicas. Ele anunciou que será necessário aprovar uma nova lei de finanças públicas para colocar um teto nos gastos públicos. Na prática, sem ferir a autonomia garantida pela Constituição aos Estados e municípios, o governo federal deseja criar mecanismos institucionais que obriguem governadores e prefeitos a seguir a austeridade prometida pela União nos gastos das receitas de tributos cobrados da população.

Fernando Henrique também informou que antecipará o envio ao Congresso do plano de metas fiscais para as finanças públicas da União, Estados, municípios e estatais – que contempla o desempenho das receitas e das despesas – no período de 1999 a 2001, inicialmente previsto para 15 de novembro. “Recomendei à equipe econômica que me entreguem o plano até o dia 20”, disse. No entanto, é pouco provável que as metas e, principalmente, as medidas de cortes de gastos e aumento de tributos venham a público antes do dia 25.

“Falar que receberá o plano até o próximo dia 20 foi uma forma indireta do presidente dizer que não anunciará medidas impopulares antes do segundo turno das eleições”, afirmou um economista que acompanha atentamente todos os passos do governo na fase de pré-ajuste fiscal. Importantes aliados de Fernando Henrique estão disputando o

MEDIDAS DE APERTO

O que já foi anunciado pelo governo

- Exigência do cumprimento do programa acertado pelos Estados com o Tesouro Nacional, que envolve metas anuais de ajuste fiscal e redução da dívida
- Proposição de lei complementar que discipline gastos públicos nas três esferas. Continuidade da reforma da Previdência, regulamentação da reforma administrativa e aprovação da reforma tributária
- Alterações tributárias, com ênfase na eliminação de brechas que possibilitam sonegação, procurando preservar os assalariados e a produção. Corte de 30% nos investimentos das empresas estatais
- Limitação dos gastos dos órgãos públicos e empresas estatais a 80% do previsto. O corte vale para as despesas programadas até 31 de outubro
- Teto para as despesas até o fim do ano estão em discussão
- A cada seis vagas abertas na administração pública, só uma será ocupada e só em determinadas áreas

- Renegociação dos empréstimos de Estados e municípios, de forma a alongar o prazo de pagamento e obter redução de 40% nos desembolsos deste ano e 30% para 99. Interrupção de todos os projetos que impliquem aumento de gastos e renúncia fiscal. Corte de R\$ 225 milhões em despesas do Ministério da Fazenda
- Empréstimos externos obtidos pelos ministérios também ficam no limite de 80%
- Suspensão de dez concursos públicos que estavam em andamento
- Elevação do Imposto de Exportação sobre cigarros até 120%
- Cobrança de taxa dos clientes do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex)
- Suspensão de subsídios aos produtores de cana-de-açúcar destinada à produção
- Restrição na compra de passagens aéreas na primeira classe e classe executiva

EM ESTUDO

- Prorrogação da cobrança e elevação da alíquota da CPMF dos atuais 0,2% para 0,3%. Manutenção da alíquota de 27,5% para o Imposto de Renda da Pessoa Física
- Cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos e aumento da já cobrada dos ativos

- Estabelecimento de um “gatilho”, que congela gastos a partir de um determinado limite, válido para despesas nas administrações federal, estadual e municipal. Alternativamente, a União poderá ter autorização para suspender repasses a Estados e municípios que estejam gastando além do limite
- Elevação do IOF de 2% para 10%

segundo turno das eleições nos Estados – Mário Covas, em São Paulo, Antônio Britto, no Rio Grande do Sul, e Eduardo Azeredo, em Minas Gerais. No pronunciamento de ontem, o presidente deu o tom das medidas amargas necessárias para equilibrar as contas públicas.

Segundo o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o discurso do presidente foi “recheado de mensagens subliminares, mas claros”. “Mudar o regime fis-

cal significa desvincular recursos, o que atinge em cheio a repartição de receitas tributárias entre as três esferas de governo.

Estabelecer uma meta para a relação dívida pública e Produto Interno Bruto também significa reduzir a capacidade de endividamento dos Esta-

dos. O presidente também deixou claro que vai acabar o privilégio dos servidores inativos, o que

podemos entender como a cobrança de uma contribuição previdenciária desses aposentados e pensionistas e a elevação daquela já existente para os ativos”, analisou Mailson.

PLANO
DE METAS
FISCAIS É
ANTECIPADO

Entre as metas gerais do plano trienal estão o resultado primário das contas públicas – a diferença entre a arrecadação e as despesas correntes, exceto juros da dívida. Já se sabe que a intenção é fixar uma meta de superávit primário – ou seja, uma sobra – para todo o setor público em 1999, bem superior aos R\$ 8,7 bilhões inicialmente previstos, isto é, pouco menos de 1% do PIB. O ideal cogitado é um superávit primário entre 2,5% e 3% do PIB – ou cerca de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões. “É óbvio que os Estados e municípios terão de dar sua contribuição nesse esforço”, concluiu o especialista em contas públicas e consultor Raul Velloso.

Efeitos – É a meta de superávit primário que indicará o tamanho do ajuste fiscal. Como as taxas de juros deverão permanecer altas pelo menos durante 1999, o setor público terá de elevar tributos e enxugar outros gastos para gerar a economia suficiente de recursos internos para substituir os capitais estrangeiros que deixaram de vir para o País depois da crise financeira internacional. Os efeitos disso para os Estados é que vão receber menos recursos federais para programas em várias áreas e obras, independentemente de aderirem ao programa trienal ou não.

Mas como o governo federal está determinado a criar um sistema de monitoramento das finanças estaduais, fará tudo para aprovar no Congresso uma nova lei de finanças públicas – a atual, número 4.320, é de 1964 – e o aperto para Estados e municípios deverá ser significativo.

“Mas é preciso não esquecer que o governo federal fará sua parte para dar aos novos governadores os instrumentos para reduzir gastos de pessoal, com a regulamentação da reforma administrativa”, acrescentou o ex-ministro.